

# JUVENTUDE DA DEMOCRACIA SOCIALISTA AO ENEPT

Estudantes petistas na dianteira da defesa da educação!

## 1. NEOLIBERALISMO E SUA AGENDA EDUCACIONAL

Na atual cena política, passamos por um período em que cada vez mais o neoliberalismo se pretende universal. Se décadas atrás a geopolítica global apresentava um conjunto de países produzindo alternativas à receita capitalista, com o enfraquecimento deste polo questionador, o que se apresenta é a narrativa da vitória do capitalismo e impossibilidade de sua superação. Não restaria, portanto, opção aos Estados e indivíduos senão adequar-se e executar com excelência o modelo neoliberal.

Evidente que a educação – pública ou privada – não escapa a este contexto. Sob esta lógica, ela deve não só formar a mão de obra exigida pelo mercado, mas ser, ela mesma, uma empresa: captar recursos de grandes corporações para seu financiamento, valorizar-se no mercado, sem falar na cobrança empresarial por desempenho de produção acadêmica e científica, que adocece estudantes, docentes, servidoras e servidores nos bancos da academia. Além disso, insere-se cada vez mais no domínio da financeirização, onde prevalece a dinâmica das franquias e corporações internacionais. O valor do conhecimento confunde-se, então, com o valor de mercado.

Este modelo, porém, encontra obstáculo na ideia de escola e universidade como bem comum, socialmente referenciada e direito de cidadãos e cidadãs, fomentada nos governos Lula e Dilma no Brasil através da ampliação do acesso, do investimento público, da cooperação sul-sul (na UNILAB e UNILA, por exemplo), dentre tantas outras políticas implementadas neste período. Nesta perspectiva, o ambiente educacional se torna mais fértil ao desenvolvimento de conhecimentos críticos e independentes e, portanto, incompatíveis com a “ausência de alternativas” anunciada pela racionalidade neoliberal. Além disso, a universidade historicamente contribuiu para a construção de um projeto nacional, confrontando assim, a lógica internacional da financeirização do conhecimento.

## 2. A ELEIÇÃO DE BOLSONARO E OS ATAQUES A EDUCAÇÃO

No Brasil, o governo Bolsonaro já deu sinais de que não medirá esforços para implementar por completo a agenda do neoliberalismo no país. Não à toa, os ataques têm se dado em duas frentes. A primeira trata-se de asfixia orçamentária das universidades públicas, dando sequência ao programa de Temer e favorecendo o setor privado. Além de manter a EC 95, o ministro da economia Paulo Guedes defende a desvinculação dos recursos no orçamento, ou seja, retirar a exigência de destinação de percentual mínimo para a educação. Vale ressaltar que a irmã do economista, Elizabeth Guedes, empresária do setor de educação e presidente da Associação Nacional de Universidades Privadas (Anup), defende que o ensino superior não seja responsabilidade do MEC.

Uma segunda frente de ataque às instituições públicas de ensino tem sido direcionada à sua autonomia e democracia. A chamada “doutrinação marxista” (além das *fake news* absurdas direcionadas ao MEC dos governos petistas, veiculadas durante a campanha eleitoral) não sai dos discursos do presidente e de seu *staff*. Com isto, intensificam a perseguição a docentes e cerceiam o desenvolvimento do pensamento livre e crítico na academia. O projeto de lei e as discussões em torno da “Escola sem Partido” ganharam fôlego com a ascensão de Bolsonaro e seus comparsas à Presidência da República, consistindo em mais um ataque à democracia que faz coro às diversas manifestações e ações do Governo que demonstram seu desprezo à livre convivência de ideias, pensamentos e teses no debate público brasileiro.

Nesse contexto, circulam ainda propostas de alteração do critério de escolha das reitorias das universidades federais, de forma a ampliar a intervenção direta do governo, fragilizando os processos eleitorais internos. O ministro da educação indicado por Olavo de Carvalho, Ricardo Velez Rodriguez, em seu discurso de posse, deu o tom do que vem por aí nos próximos quatro anos: defensor da ditadura militar e da escola sem partido, definiu como tarefa central “combater o marxismo cultural presente nas instituições de ensino”.

### 3. A JUVENTUDE DO PT E O ENFRENTAMENTO AO GOVERNO

É nesse cenário que a Juventude do PT tem a responsabilidade de posicionar-se no debate educacional na defesa intransigente da educação enquanto direito fundamental, essencial em especial para o desenvolvimento da vida da juventude brasileira. Devemos cerrar fileiras com os e as estudantes nas batalhas que virão na disputa quanto ao papel do Estado brasileiro na educação, defendendo que este deva ser de investimento e estruturação – em especial do ensino público e gratuito – e de garantia da democracia nas instituições de ensino, e não de sucateamento e fiscalização e perseguição ideológicas.

É papel especial da JPT defender o caráter prioritário que os governos Lula e Dilma concederam à educação na agenda do governo e nas destinações orçamentárias. Não por nutrir a ilusão de que o governo Bolsonaro adotará a mesma postura que os governos democrático-populares, mas para estabelecer diálogo com os setores estudantis que vivenciaram as políticas democratizantes do ensino implementadas por nossos governos e manter presente a esperança, tão cara nos duros tempos que enfrentamos, de que outra política educação é possível.

A batalha urgente da educação, apesar de difícil, não pode ser decretada perdida. A importante luta que tem sido travada já nos últimos anos pelos diversos setores da educação, envolvendo além dos tradicionais movimentos estudantis gestores, governos do nordeste e intelectuais, tem conseguido constituir importante bloco de oposição ao projeto Escola sem Partido e intervenções antidemocráticas na gestão escolar.

Além disso, o próprio governo demonstra, já nesses três primeiros meses, sua incapacidade de se constituir como bloco coeso e com legitimidade e unidade suficientes para aplicar o programa a que se propunha. Entre uma trapalhada e outra da trupe do entreguismo, do obscurantismo e da incompetência que compõe o governo e do próprio presidente, as denúncias de corrupção que incomodam o governo desde as indicações do ministério ganham ainda maior relevância

com a constatação pública do envolvimento da família Bolsonaro com as milícias responsáveis pelo assassinato de Marielle Franco.

Está aberta uma janela de oportunidade de converter a desmoralização e a perda de legitimidade e aprovação do governo Bolsonaro em derrotas ao seu programa, derrubando, por exemplo, uma vez mais, a Reforma da Previdência, pilar fundamental do programa ultraneoliberal que busca se impor na América Latina.

O que dirá se essa conversão será possível, será a capacidade de mobilização popular, tarefa em que se insere a Juventude do PT e processos de mobilização estudantil como o Congresso da UNE, onde a JPT deve se inserir com prioridade.